

**HABEAS CORPUS Nº 528.166 - BA (2019/0246165-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **RAFAEL ELBACHA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL ELBACHÁ - BA035345**  
 : **THALITA COELHO DURAN - BA035367**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE** : **JOSOEL PINHEIRO DA COSTA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSOEL PINHEIRO DA COSTA - preso cautelarmente em 17/8/2017 pela suposta prática dos delitos de organização criminosa, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro - contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8002155-92.2018.8.05.0000).

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fls. 187/188):

*HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAS. MATERIALIDADE E AUTORIA INDICIÁRIA. DEMONSTRAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO. IDENTIFICAÇÃO DO PRESO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. PERICULOSIDADE CONCRETA. NECESSIDADE DO RECOLHIMENTO CAUTELAR PARA ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA. AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PECULIARIDADES DO FEITO. DURAÇÃO RAZOÁVEL. ORDEM DENEGADA.*

1. Ainda que versada como medida excepcional, presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, impõe-se à Autoridade Judicial assim proceder. Inteligência dos arts. 282, § 6º, e 311 a 314 do Código de Processo Penal.

2. Sendo inequívoca a materialidade delitiva e suficientemente evidenciada a autoria indiciária - *fumus commissi delicti*, relativamente a delito apenado com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos, não de se

*reputar presentes os pressupostos essenciais para recolhimento cautelar.*

*3. O decreto de prisão preventiva não é invalidado pela ausência de qualificação completa do Paciente, até então desconhecida, podendo se assentar em esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, sobretudo quando a denúncia é subsequente oferecida e recebida, com a identificação ampla daquele.*

*4. Patente a periculosidade concreta do agente, evidenciada pela gravidade de sua conduta, consistente em alegada associação criminosa em organização de amplo espectro estrutural para a dedicação à traficância de drogas e armas, com funções previamente delineadas, mostra-se adequado o recolhimento cautelar, com o escopo de preservação da ordem pública. Precedentes.*

*5. No esteio do entendimento assentado na Superior Corte de Justiça, a configuração de excesso de prazo para a formação da culpa não se traduz critério meramente aritmético, devendo ser apurada em compasso com as peculiaridades do processo, sob o prisma da razoabilidade. Não constatada qualquer letargia desidiosa na marcha processual, não há excesso temporal a ser reconhecido.*

*6. Caso em que o Paciente teve a prisão preventiva decretada após ser identificado em interceptações telefônicas como integrante de organização criminosa dedicada à traficância de entorpecentes e ao comércio ilegal de armas de fogo, com larga atuação na região metropolitana e vasta movimentação financeira, a sujeitar-lhe a apenamento in abstractu assaz superior ao piso de 04 (quatro) anos de restrição libertária e demonstrar sua periculosidade em concreto, justificadora do aprisionamento acautelatório. O processo, por seu turno, se encontra em marcha processual compatível com suas peculiaridades, sobretudo a multiplicidade de réus, sem que de seu curso se extraia qualquer retardamento injustificado.*

*7. Evidenciado o embasamento concreto do decreto prisional e a ausência de ilegalidade ou abuso do recolhimento cautelar, tal como no caso concreto, inclusive sob chancela do Parquet em oportuno opinativo, torna-se adequada a manutenção da medida, em relação à qual as eventuais condições pessoais favoráveis do acusado, no esteio do entendimento também assente na Superior Corte de Justiça, não constituem, isoladamente, óbice.*

*8. Ordem denegada.*

Na presente impetração (e-STJ fls. 3/17), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade das decisões que mantiveram a prisão preventiva do paciente diante da ausência de fundamentação concreta e idônea, bem como dos requisitos legais autorizadores da medida extrema. Sublinha a presença de condições pessoais favoráveis ao acusado.

Afirma que a decisão sequer qualificou o paciente, associando-o indevidamente ao codinome "Jhaco", e que ele nunca participou da organização criminosa. Assevera que é acusado de integrar o núcleo dos "jóqueis", com papel menor na organização, e não o núcleo dos "líderes".

Ressalta a configuração de constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que o paciente está preso por prazo superior ao estipulado por lei, há mais de dois anos, sem que tenha sequer tido início a instrução criminal.

Argumenta, ainda, que o paciente faz jus à extensão dos efeitos da decisão proferida no HC n. 514.266/BA, concedida em benefício deorréu.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão de liberdade, mediante imposição das medidas cautelares diversas da prisão.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 193/197) e prestadas as informações (e-STJ fls. 215/262), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus* (e-STJ fls. 264/267).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações prestadas pela apontada autoridade coatora (e-STJ fls. 254/256), verifica-se que, em 22/10/2019, foi concedida a liberdade ao paciente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *mandamus*.

Intimem-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator